



PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVELÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVELÂNDIA

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

2018

TURVELÂNDIA - GO

2019

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios emsaúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

| | |
|-----------|-----------------------------|
| UF | GO |
| Estado | GOIÁS |
| Área | 340.125,715 Km ² |
| População | 6.921.161 hab |

Fonte: IBGE

1.2. Secretaria de Saúde

| | |
|---------------|--|
| Nome do Órgão | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVELÂNDIA |
| Número CNES | 6457517 |
| CNPJ | 11.211.433/0001-12 |
| Endereço | RUA MARIA MOREIRA DO NASCIMENTO CEP: 75970-000 |
| Email | smsturvelandia@gmail.com |
| Telefone | (64)3642-8030 |

Fonte: SMS DE TURVELÂNDIA

1.3. Informações da Gestão

| | |
|-------------------------------------|-------------------------------|
| Governador(a) | RONALDO RAMOS CAIADO |
| Secretário(a) de Saúde em Exercício | BRUNA VITALINO BORGES PEREIRA |
| E-mail secretário(a) | bruborgees@bol.com.br |
| Telefone secretário(a) | (64)99205-5051 |

Fonte: SMS DE TURVELÂNDIA

1.4. Fundo de Saúde

| | |
|-------------------------|-------------------------------|
| Lei de criação | LEI Nº 063/1994 |
| Data de criação | 08 DE MARÇO DE 1994 |
| CNPJ | 11.211.433/0001-02 |
| Natureza Jurídica | FUNDO PÚBLICO |
| Nome do Gestor do Fundo | BRUNA VITALINO BORGES PEREIRA |

Fonte: SMS DE TURVELÂNDIA

1.5. Plano de Saúde

| | |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Período do Plano de Saúde | 2018 A 2021 |
| Status do Plano | APROVADO – RESOLUÇÃO Nº 005/2017 CMS |

Fonte: SMS DE TURVELÂNDIA

1.6. Informações sobre Regionalização

| Região | Área (Km ²) | População (Hab) | Densidade |
|------------|-------------------------|-----------------|-----------|
| SUDOESTE I | 993,957 | 5.050 | 4,71 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Fonte: IBGE

1.7 Conselho de Saúde

| | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|----|--|
| Instrumento Legal de Criação | LEI Nº.0056/2001 | | |
| Endereço | RUA MARIA MOREIRA SO NASCIMENTO | | |
| E-mail | cmsturvelandia@gmail.com | | |
| Telefone | (64)3642-8026 | | |
| Nome do Presidente | EUNÍLIA SEVERO RIBEIRO MACHADO ROSA | | |
| Número de conselheiros por segmento | Usuários | 08 | |
| | Governo | 02 | |
| | Trabalhadores | 04 | |
| | Prestadores | 02 | |

Fonte: CMS DE TURVELÂNDIA

Ano de referência: 2018

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA 2018

2º RDQA 2018

3º RDQA 2018

Data de entrega do Relatório

Data de entrega do Relatório

Data de entrega do Relatório

20/ 12 / 2018

20 / 12 / 2018

20 / 12/ 2018

2. Introdução

O Relatório Anual de Gestão do ano de 2018 reflete a execução de metas propositivas que objetivam alcançar os projetos advindos do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 e da PAS 2018. Mais que um instrumento legal que dá publicidade as intenções vinculadas à saúde pública, o RAG 2018 traz o exercício financeiro de forma transparente, atrelando aos respectivos resultados dos indicadores, ações e conseqüentemente ao orçamento necessário para execução.

Para o ano de 2018, levando-se em conta os princípios constitucionais atribuídos à administração pública, em especial aqueles que regem o orçamento público, esta Secretaria Municipal da Saúde trabalhou ambicionando a efetividade, eficiência e eficácia, apesar da exiguidade de aporte de recursos públicos para o financiamento dos serviços e ações de saúde. Buscamos com a PAS 2018 o bom senso, o equilíbrio, a proporcionalidade, a motivação e, sobretudo o interesse público, que deve sempre nortear os atos administrativos, assegurando o bem estar comum.

As metas propostas para o exercício de 2018 trazem o montante das receitas e despesas de cada ação, de maneira que possam ser cada vez mais claras para a sociedade e monitoradas pelos órgãos de controle, entre eles a participação e o controle social, conforme prevê o art. 4º da LEI Nº 8.142/90. O planejamento ascendente e simplificado é um dos pilares dos novos princípios aplicáveis a qualquer peça de orçamento. Desta maneira o RAG 2018 tem como objetivo final direcionar a administração em saúde para a correta gestão dos recursos públicos, observando-se sempre os princípios constitucionais da legalidade, economicidade, impessoalidade e moralidade, buscando a eficiência na utilização dos recursos e equilíbrio das contas públicas.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período:

| Faixa Etária | Masculino | Feminino | Total |
|---------------------|------------------|-----------------|--------------|
| 0 a 4 anos | 214 | 185 | 399 |
| 5 a 9 anos | 227 | 190 | 417 |
| 10 a 14 anos | 211 | 182 | 393 |
| 15 a 19 anos | 212 | 202 | 414 |
| 20 a 29 anos | 441 | 424 | 865 |
| 30 a 39 anos | 383 | 349 | 732 |
| 40 a 49 anos | 319 | 277 | 596 |
| 50 a 59 anos | 200 | 160 | 360 |
| 60 a 69 anos | 128 | 88 | 216 |
| 70 a 79 anos | 54 | 53 | 107 |
| 80 anos e mais | 19 | 14 | 33 |
| Total | 2.408 | 2.124 | 4.532 |

Fonte: TABNET/DATASUS

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

| Unidade Federação | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| TURVELÂNDIA – GO | 39 | 36 | 15 | 16 | 19 |

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC) 28/03/2019

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

| Capítulo CID-10 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias | 55 | 48 | 26 | 19 | 54 |
| II. Neoplasias (tumores) | 10 | 08 | 03 | 17 | 14 |
| III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár | 02 | 03 | 02 | 01 | 12 |
| IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas | 05 | 04 | 05 | 01 | 07 |
| V. Transtornos mentais e comportamentais | - | 02 | 01 | 03 | 05 |

| Capítulo CID-10 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| VI. Doenças do sistema nervoso | 05 | 02 | 01 | 04 | 04 |
| VII. Doenças do olho e anexos | 03 | - | 01 | 03 | 01 |
| VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide | - | 01 | - | 01 | 06 |
| IX. Doenças do aparelho circulatório | 23 | 15 | 17 | 22 | 39 |
| X. Doenças do aparelho respiratório | 39 | 40 | 53 | 55 | 91 |
| XI. Doenças do aparelho digestivo | 44 | 40 | 26 | 40 | 60 |
| XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo | 01 | 01 | 01 | - | 05 |
| XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo | 12 | 07 | 06 | 05 | 09 |
| XIV. Doenças do aparelho geniturinário | 16 | 11 | 14 | 19 | 29 |
| XV. Gravidez parto e puerpério | 59 | 41 | 42 | 42 | 68 |
| XVI. Algumas afec originadas no período perinatal | 02 | 01 | 03 | 02 | 06 |
| XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas | 01 | 02 | - | - | 01 |
| XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat | - | - | 01 | 01 | 15 |
| XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas | 24 | 18 | 34 | 26 | 55 |
| XX. Causas externas de morbidade e mortalidade | - | - | - | - | - |
| XXI. Contatos com serviços de saúde | 01 | 02 | 02 | 05 | 02 |
| CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido | - | - | - | - | - |
| Total | 230 | 246 | 238 | 266 | 483 |

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) 28/03/2019

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

| Capítulo CID-10 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias | 01 | - | - | - | - |
| II. Neoplasias (tumores) | 04 | 02 | 03 | 02 | 02 |
| III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár | - | - | - | - | - |
| IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas | 01 | 01 | 02 | - | - |
| V. Transtornos mentais e comportamentais | 01 | - | 01 | - | - |
| VI. Doenças do sistema nervoso | - | 01 | - | - | - |
| VII. Doenças do olho e anexos | - | - | - | - | - |
| VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide | - | - | - | - | - |
| IX. Doenças do aparelho circulatório | 09 | 01 | 09 | 03 | 03 |

| Capítulo CID-10 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| X. Doenças do aparelho respiratório | - | 01 | 06 | 05 | 04 |
| XI. Doenças do aparelho digestivo | 02 | - | 01 | 01 | 01 |
| XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo | - | - | - | - | - |
| XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo | - | - | - | - | - |
| XIV. Doenças do aparelho geniturinário | 02 | - | 01 | - | - |
| XV. Gravidez parto e puerpério | - | - | 01 | - | - |
| XVI. Algumas afec originadas no período perinatal | - | - | - | - | 01 |
| XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas | 01 | - | - | - | - |
| XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat | - | 01 | - | - | 01 |
| XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas | - | - | - | - | - |
| XX. Causas externas de morbidade e mortalidade | 04 | 07 | 03 | 08 | 01 |
| XXI. Contatos com serviços de saúde | - | - | - | - | - |
| XXII. Códigos para propósitos especiais | - | - | - | - | - |
| Total | 25 | 14 | 27 | 19 | 13 |

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET) 28/03/2019.

6

As morbidades que assolam a população devem ser ações fundamentais da ESF, minimizando os gastos na Média Complexidade, e as mortalidades por essas doenças. Ao analisarmos os resultados dos cinco últimos anos observamos que doenças respiratórias, circulatórias e do aparelho digestivo e doenças infecciosas apresentam um crescimento. É necessário desenvolver mais ações em saúde, com realização de buscas ativas e visitas domiciliares para os grupos prioritários.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Complexidade: Atenção Básica

| Grupo procedimento | Sistema de Informações Ambulatoriais |
|---|---|
| | Qtd. aprovada |
| 01 Ações de promoção e prevenção em saúde | 3.853.896 |
| 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica | - |
| 03 Procedimentos clínicos | 3.482.064 |
| 04 Procedimentos cirúrgicos | 13 |
| 08 Ações complementares da atenção à saúde | - |

| | |
|--------------|-----------|
| Total | 7.335.973 |
|--------------|-----------|

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) 28/03/2019

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

| Grupo procedimento | Sistema de Informações Ambulatoriais | | Sistema de Informações Hospitalares | |
|--|--------------------------------------|----------------|-------------------------------------|---------------|
| | Qtd. aprovada | Valor aprovado | AIH Pagas | Valor total |
| 01 Ações de promoção e prevenção em saúde | - | - | - | - |
| 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica | - | - | - | - |
| 03 Procedimentos clínicos | 06 | R\$ 11,00 | 321 | R\$ 64.102,55 |
| 04 Procedimentos cirúrgicos | 123 | R\$ 3.149,20 | - | - |
| 05 Transplantes de órgãos, tecidos e células | - | - | - | - |
| 06 Medicamentos | - | - | - | - |
| 07 Órteses, próteses e materiais especiais | - | - | - | - |
| 08 Ações complementares da atenção à saúde | - | - | - | - |
| Total | 129 | R\$ 3.160,20 | 321 | R\$ 64.102,55 |

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) 28/03/2019

4.3 Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Forma organização: 030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial, 030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais

| Forma organização | Sistema de Informações Ambulatoriais | | Sistema de Informações Hospitalares | |
|---|--------------------------------------|----------------|-------------------------------------|-------------|
| | Qtd. aprovada | Valor aprovado | AIH Pagas | Valor total |
| 030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial | - | - | - | - |
| 030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais | - | - | - | - |

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

4.4 Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

| Grupo procedimento | Sistema de Informações Ambulatoriais | | Sistema de Informações Hospitalares | |
|--|--------------------------------------|----------------------|-------------------------------------|-------------|
| | Qtd. aprovada | Valor aprovado | AIH Pagas | Valor total |
| 01 Ações de promoção e prevenção em saúde | - | - | - | - |
| 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica | 1.262 | R\$ 4.664,46 | - | - |
| 03 Procedimentos clínicos | 2.583 | R\$ 17.380,62 | - | - |
| 04 Procedimentos cirúrgicos | 18 | R\$ 451,76 | - | - |
| 05 Transplantes de órgãos, tecidos e células | - | - | - | - |
| 06 Medicamentos | - | - | - | - |
| 07 Órteses, próteses e materiais especiais | - | - | - | - |
| 08 Ações complementares da atenção à saúde | - | - | - | - |
| Total | 3.863 | R\$ 22.496,84 | - | - |

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) 28/03/2019

4.5 Produção de Assistência Farmacêutica (Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.)

Subgrupo proced: 0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

| Grupo procedimento | Sistema de Informações Ambulatoriais | |
|--------------------|--------------------------------------|----------------|
| | Qtd. aprovada | Valor aprovado |
| 06 Medicamentos | - | - |
| Total | - | - |

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

4.6 Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

| Grupo procedimento | Sistema de Informações Ambulatoriais | |
|--------------------|--------------------------------------|----------------|
| | Qtd. aprovada | Valor aprovado |

| | | |
|---|-------|-----------|
| 01 Ações de promoção e prevenção em saúde | 452 | - |
| 02 Procedimentos com finalidade diagnóstica | 8170 | 36.244,03 |
| Total | 8.622 | 36.244,03 |

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da consulta: 28/03/2019

- As Unidades de Saúde de Turvelândia são monitoradas através dos programas disponibilizados pelo Ministério da Saúde, alimentados pelos profissionais de saúde, os quais retiramos os dados epidemiológicos. Portanto de extrema importância a realização de digitação dos dados. Os investimentos foram realizados conforme disponibilidade financeiro dos blocos.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1 Por tipo de estabelecimento e gestão

| Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos | | | | |
|--|--------------|-----------------|------------------|--------------|
| Tipo de Estabelecimento | Dupla | Estadual | Municipal | Total |
| FARMÁCIA | - | - | 02 | 02 |
| UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA | - | - | - | - |
| CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA | - | - | 01 | 01 |
| TELESSAUDE | - | - | - | - |
| CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL | - | - | - | - |
| HOSPITAL GERAL | - | - | 01 | 01 |
| CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS | - | - | - | - |
| LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA | - | - | - | - |
| CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL | - | - | - | - |
| HOSPITAL ESPECIALIZADO | - | - | - | - |
| UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO) | - | - | - | - |
| UNIDADE MISTA | - | - | - | - |
| LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN | - | - | - | - |
| POSTO DE SAUDE | - | - | - | - |
| UNIDADE MOVEL TERRESTRE | - | - | - | - |
| CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA | - | - | - | - |
| CONSULTORIO ISOLADO | - | - | - | - |
| CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE | - | - | - | - |

| | | | | |
|--|---|---|----|----|
| PRONTO SOCORRO GERAL | - | - | - | - |
| COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSAO DE TRABALHADORES NA SAUDE | - | - | - | - |
| CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE | - | - | - | - |
| UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE | - | - | 01 | 01 |
| CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA | - | - | - | - |
| POLO ACADEMIA DA SAUDE | - | - | - | - |
| POLICLINICA | - | - | - | - |
| PRONTO ATENDIMENTO | - | - | - | - |
| CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO | - | - | - | - |
| UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA | - | - | - | - |
| Total | - | - | 05 | 05 |

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

5.2 Por natureza jurídica

Período 2018

| Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica | | | | |
|--|------------------|-----------------|--------------|--------------|
| Natureza Jurídica | Municipal | Estadual | Dupla | Total |
| ADMINISTRACAO PÚBLICA | | | | |
| ASSOCIACAO PUBLICA | - | - | - | - |
| ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL | - | - | - | - |
| MUNICIPIO | | | | |
| ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL | 03 | - | - | 03 |
| ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL | - | - | - | - |
| AUTARQUIA FEDERAL | - | - | - | - |
| AUTARQUIA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL | - | - | - | - |
| ENTIDADES EMPRESARIAIS | | | | |
| SOCIEDADE ANONIMA FECHADA | - | - | - | - |
| EMPRESARIO (INDIVIDUAL) | - | - | - | - |
| SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA | - | - | - | - |
| EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA) | - | - | - | - |
| SOCIEDADE SIMPLES PURA | - | - | - | - |
| ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS | | | | |

| | | | | |
|--------------------------------|-----------|----------|----------|-----------|
| ASSOCIACAO PRIVADA | - | - | - | - |
| ENTIDADE SINDICAL | 02 | - | - | 02 |
| PESSOAS FISICAS | | | | |
| EMPRESA INDIVIDUAL IMOBILIARIA | - | - | - | - |
| PESSOAS FÍSICAS | - | - | - | - |
| Total | 05 | - | - | 05 |

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta:

5.3 Consórcios em saúde

| | |
|----------------------|--|
| Nome do Consórcio: - | |
| CNPJ: - | |
| Área de atuação: - | |
| Data de adesão: - | |
| Natureza jurídica: - | <input type="checkbox"/> Direito Público |
| | <input type="checkbox"/> Direito Privado |

| | |
|----------------------|--|
| Nome do Consórcio: - | |
| CNPJ: - | |
| Área de atuação: - | |
| Data de adesão: - | |
| Natureza jurídica: - | <input type="checkbox"/> Direito Público |
| | <input type="checkbox"/> Direito Privado |

Fonte:

Obs: Caso o ente não participe de consórcios em saúde, não há necessidade de preenchimento desse dado.

- A Rede de Assistência de Saúde é totalmente Plena de Gestão do Município. Somos Constituídos Por Uma Secretaria Municipal de Saúde com CADWEB, Departamento de Regulação e Avaliação, e Gestão, uma Unidade Básica de Saúde com uma ESF/SB, NASF e Farmácia Básica ; um Hospital Municipal de Urgência e Emergência com Reabilitação de fisioterapia, posto de coleta, farmácia hospitalar. Não participamos de consórcios.

**6. Profissionais de Saúde Trabalhando no
SUS Período 12/2018**

| Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação | | | | | | |
|---|--|---------------------|------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---------------------|
| Adm. Do Estabelecimento | Formas de contratação | CBOs médicos | CBOs enfermeiro | CBOs (outros) nível superior | CBOs (outros) nível médio | CBOs ACS ACE |
| Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8) | Estatutários e empregados públicos (0101, 0102) | - | 02 | - | 49 | 09 |
| | Autônomos (0209, 0210) | - | - | - | - | - |
| | Residentes e estagiários (05, 06) | - | - | - | - | - |
| | Bolsistas (07) | - | - | - | - | - |
| | Intermediados por outra entidade (08) | - | - | - | - | - |
| | Informais (09) | - | - | - | - | - |
| | Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104) | 08 | 08 | 11 | 19 | 04 |
| Privada (NJ grupos 2 – exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5) | Celetistas (0105) | - | - | - | - | - |
| | Autônomos (0209, 0210) | - | - | - | - | - |
| | Residentes e estagiários (05, 06) | - | - | - | - | - |
| | Bolsistas (07) | - | - | - | - | - |
| | Intermediados por outra entidade (08) | - | - | - | - | - |
| | Informais (09) | - | - | - | - | - |
| | Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10) | - | - | - | - | - |
| | Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104) | - | - | - | - | - |

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) Data da consulta: 28/03/2019

- As Unidades de Saúde de Turvelândia são constituídas com 51% de servidores Efetivos, com capacitação para execução de suas atividades.

7. Programação Anual de Saúde – PAS

7.1 Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

| Nº. | INDICADOR | META 2018 | RESULTADO | UNIDADE |
|-----|--|-----------|-----------|---------|
| 01 | COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA | 90,0 | 84,9 | % |
| 02 | PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS | 90,0 | 89,0 | % |

DIRETRIZ Nº 02 Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

| Nº. | INDICADOR | META 2018 | RESULTADO | UNIDADE |
|-----|--|-----------|-----------|-------------|
| 03 | PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE | 5 | 4 | N. ABSOLUTO |
| 04 | PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO | 5 | 05 | N. ABSOLUTO |
| 05 | RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA (NOMENCLATURA ALTERADA) | 0,5 | 0,6 | RAZÃO |
| 06 | RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA (NOMENCLATURA ALTERADA) | 0,3 | 0,1 | RAZÃO |
| 07 | PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E NA SAÚDE SUPLEMENTAR | 36,00 | 37,8 | % |
| 08 | AÇÕES DE MATRICIAMENTO SISTEMÁTICO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA (NOMENCLATURA ALTERADA) | N/A | N/A | N/A |
| 09 | PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS | 100,00 | 100,00 | % |
| 10 | PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (10 A 49 ANOS) INVESTIGADOS. | 100% | 100% | % |

| | | | | |
|----|------------------------------|----|---|-------------|
| 11 | TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL | 01 | 0 | N. ABSOLUTO |
|----|------------------------------|----|---|-------------|

DIRETRIZ Nº 03 Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

| Nº. | INDICADOR | META 2018 | RESULTADO | UNIDADE |
|-----|---|-----------|-----------|-------------|
| 12 | NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE. | 0 | 0 | N. ABSOLUTO |
| 13 | MORTALIDADE PREMATURA: A) PARA MUNICÍPIO E REGIÃO COM MENOS DE 100 HABITANTES: NÚMERO DE ÓBITOS PREMATUROS (DE 30 A 69 ANOS) PELO CONJUNTO DAS QUATRO PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS. | 05 | 05 | N. ABSOLUTO |
| 14 | PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE), POLIOMIELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA. (NOMENCLATURA ALTERADA) | 75,0 | 136,93 | % |
| 15 | PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL | 100,00 | 0 | % |
| 16 | PROPORÇÃO DE EXAMES ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE | 100,00 | 0 | % |
| 17 | PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA | 100,00 | 95,2 | % |
| 18 | PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS | 100,00 | 0 | % |
| 19 | NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS. | 01 | 0 | N. ABSOLUTO |
| 20 | PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES | 90,0 | 95,0 | % |
| 21 | PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENIASE | 100,00 | 0 | % |
| 22 | NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE | 0 | 0 | N. ABSOLUTO |
| 23 | NÚMERO DE CICLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE (NOMENCLATURA ALTERADA) | 06 | 06 | N. ABSOLUTO |
| 24 | PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO | 100,00 | 100,00 | % |

| | | | | |
|----|--|--------|--------|---|
| | HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ. | | | |
| 25 | PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS NO ANO | 100,00 | 100,00 | % |

DIRETRIZ Nº 04 Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho

| | | | | |
|----|---|----|----|-------------|
| 26 | PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS | 15 | 08 | N. ABSOLUTO |
|----|---|----|----|-------------|

DIRETRIZ Nº. 05 Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS

| | | | | |
|----|---------------------------------|----|----|-------------|
| 27 | PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CMS | 01 | 01 | N. ABSOLUTO |
|----|---------------------------------|----|----|-------------|

Fonte: Programação Anual de Saúde 2018 - PAS

| Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte | | | | | | | | | |
|--|---------------------|--|--|--|--|---|--|--|--------------|
| Subfunções da Saúde | Natureza da Despesa | Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$) | Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$) | Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$) | Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$) | Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$) | Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$) | Outros recursos destinados à Saúde (R\$) | Total (R\$) |
| 0 - Informações Complementares | Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 122 - Administração Geral | Corrente | 4.073.414,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.073.414,09 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 301 - Atenção Básica | Corrente | 0,00 | 755.861,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 755.861,75 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | Corrente | 0,00 | 187.926,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.926,48 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420.000,00 |
| 303 - Suporte | Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------|------|-----------|------|------|------|------|------|-----------|
| Profilático e Terapêutico | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 304 - Vigilância Sanitária | Corrente | 0,00 | 16.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.400,00 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 305 - Vigilância Epidemiológica | Corrente | 0,00 | 70.511,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 70.511,58 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 306 - Alimentação e Nutrição | Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: SIOPS

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

| N | Indicador | Tipo | Meta ano 2018 | Resultado Anual | % alcançada da meta | Unidade de Medida |
|----|--|------|---------------|-----------------|---------------------|-------------------|
| 1 | Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) | U | 5 | 05 | 05 | Número |
| 2 | Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados. | E | 100,00 | 100% | 100% | Percentual |
| 3 | Proporção de registro de óbitos com causa básica definida | U | 100,00 | 95,2% | 95% | Percentual |
| 4 | Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada | U | 75,00 | 136,93% | 100% | Percentual |
| 5 | Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação. | U | 100,00 | 81,6% | 85% | Percentual |
| 6 | Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes | U | 90,00 | 95% | 95% | Percentual |
| 7 | Número de Casos Autóctones de Malária | E | N/A | N/A | N/A | Número |
| 8 | Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade | U | 0 | 0 | 1 | Número |
| 9 | Número de casos novos de aids em menores de 5 anos. | U | 0 | 0 | 1 | Número |
| 10 | Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez | U | 100,00 | 100% | 100% | Percentual |

| | | | | | | |
|----|---|---|--------|--------|------|------------|
| 11 | Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária | U | 0,5 | 0,6 | 0,7 | Razão |
| 12 | Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária. | U | 0,3 | 0,1 | 0,3 | Razão |
| 13 | Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar | U | 36,00 | 37,8% | 60% | Percentual |
| 14 | Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos | U | 16,00 | 2,4% | 16% | Percentual |
| 15 | Taxa de mortalidade infantil | U | 1 | 0 | 0 | Número |
| 16 | Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência | U | 0 | 0 | 0 | Número |
| 17 | Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica | U | 80,00 | 68,32% | 80% | Percentual |
| 18 | Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF) | U | 90,00 | 84,9% | 90% | Percentual |
| 19 | Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica | U | 100,00 | 100% | 100% | Percentual |
| 20 | Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano | U | 100,00 | 100% | 100% | Percentual |
| 21 | Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica | E | N/A | N/A | N/A | Percentual |
| 22 | Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue | U | 6 | 06 | 06 | Número |
| 23 | Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho. | U | 100,00 | 100% | 100% | Percentual |

Fonte: SISPACTO 2018

OBS: Procedimentos para a pactuação conforme Resolução CIT 08, de 24 de novembro de 2016.

Após Análise dos Indicadores e dos resultados da PAS do Ano de 2018 chegamos a 78% de metas alcançadas, portanto, é necessário maior empenho da integração entre vigilância em saúde e atenção básica, para alcançarmos maiores cumprimentos das metas em 2019. Desta forma atenuando as morbidades da média complexidade.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1 Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

| Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|---|--|---|---|---|--|------------------------------------|--------------|
| Subfunções | Recursos Ordinários - Fonte Livre | Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | Transfe - rências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal | Transferê ncias Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual | Transfe - rências de Convênios destinadas à Saúde | Operações de Crédito vinculadas à Saúde | Royalties do Petróleo destinados à Saúde | Outros Recursos Destinados à Saúde | TOTAL |
| Atenção Básica | 0,00 | 0,00 | 484.674,25 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 684.674,25 |
| Corrente | 0,00 | 0,00 | 484.674,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 484.674,25 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 0,00 | 187.926,48 | 0,00 | 420.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 607.926,48 |
| Corrente | 0,00 | 0,00 | 187.926,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.926,48 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 420.000,00 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 16.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.400,00 |
| Corrente | 0,00 | 16.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.400,00 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 0,00 | 57.500,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.500,75 |
| Corrente | 0,00 | 57.500,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57.500,75 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Subfunções | 0,00 | 3.972.518,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.972.518,24 |

| | | | | | | | | | |
|----------|------|--------------|------------|------|------------|------|------|------|--------------|
| Corrente | 0,00 | 3.972.518,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.972.518,24 |
| Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 4.046.418,99 | 672.600,73 | 0,00 | 620.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.339.019,72 |

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde
2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 28/03/2019

9.2 Indicadores financeiros

| Indicador | | Valor |
|-----------|--|-------------|
| 1.1 | Participação da receita de impostos na receita total do Estado | 7,43% |
| 1.2 | Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado | 77,46% |
| 1.3 | Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado | 4,30% |
| 1.4 | Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado | 100,00% |
| 1.5 | Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado | 10,04% |
| 1.6 | Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado | 68,23% |
| 2.1 | Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante | R\$1.153,98 |
| 2.2 | Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde | 32,54% |
| 2.3 | Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde | 5,10% |
| 2.4 | Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde | 11,66% |
| 2.5 | Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde | 6,73% |
| 2.6 | Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos | 0,00% |
| 3.1 | Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde | 21,93% |
| 3.2 | % da receita própria aplicada em ASPS conforme a LC 141/2012 | 16,79% |

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) Data da consulta: 28/03/2019

9.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|-----------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b / a) x 100 |

| | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|-------|
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 2.879.075,82 | 2.879.075,82 | 2.641.436,57 | 91,75 |
| Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITC D | 347.000,00 | 347.000,00 | 305.429,99 | 88,02 |
| Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS | 13.963.764,00 | 13.963.764,00 | 12.082.641,13 | 86,53 |
| Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA | | | | |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 267.315,00 | 267.315,00 | 170.302,42 | 63,71 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Ativa dos Impostos | 4.000,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|--------|
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 23.284.294,00 | 23.284.294,00 | 21.615.570,70 | 82,82 |
| Cota-Parte FPE | 8.579.930,00 | 8.579.930,00 | 8.044.493,10 | 93,76 |
| Cota-Parte IPI-Exportação | 98.100,00 | 98.100,00 | 107.054,66 | 109,13 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 35.200,00 | 35.200,00 | 20.741,76 | 58,93 |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 35.200,00 | 35.200,00 | 20.741,76 | 58,93 |
| Outras | - | - | - | - |
| DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III) | | | | |
| Parcela do ICMS Repassada aos Municípios | 13.963.764,00 | 13.963.764,00 | 12.082.641,13 | 86,53 |
| Parcela do IPVA Repassada aos Municípios | 165.000,00 | 165.000,00 | 346.350,37 | 209,91 |
| Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios | 98.100,00 | 98.100,00 | 107.054,66 | 109,13 |
| TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III | 26.163.369,82 | 26.163.369,82 | 24.257.007,27 | 92,71 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | | |
|--|------------------|-------------------------|-------------------------------|---|-----------|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d / c) x 100 | |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 1.841.461,48 | 1.841.461,48 | 1.277.905,02 | 69,40 | |
| Provenientes da União | 1.841.461,48 | 1.841.461,48 | 1.277.905,02 | 69,40 | |
| Provenientes de Outros Estados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Provenientes de Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Receitas do SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS | - | - | - | - | |
| RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 1.841.461,48 | 1.841.461,48 | 1.277.905,02 | 69,40 | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EXECUTADAS | | |
| | | | Liquidadas Até o Bimestre (f) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) | % (f+g)/e |
| DESPESAS CORRENTES | 5.670.510,00 | 5.755.998,67 | 5.435.685,29 | 0,00 | 94,44 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.575.000,00 | 2.085.682,60 | 1.896.162,11 | 0,00 | 90,91 |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 4.095.510,00 | 3.670.316,07 | 3.539.523,18 | 0,00 | 96,44 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 272.500,00 | 391.909,56 | 391.909,56 | 0,00 | 100,00 |
| Investimentos | 272.500,00 | 391.909,56 | 391.909,56 | 0,00 | 100,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V) | 5.943.010,00 | 6.147.908,23 | - | 5.827.594,85 | 94,79 |

| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZA DA | DESPESAS EXECUTADAS | | |
|---|--------------------|---------------------------|--|---|-----------------------------|
| | | | Liquidadas Até o Bimestre (h) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i) | % [(h+i) /V(f+ g)] |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | N/A | 1.941.111,88 | 1.754.180,76 | 0,00 | 30,10 |
| Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS | N/A | 1.837.687,83 | 1.745.693,98 | 0,00 | 29,96 |
| Recursos de Operações de Crédito | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos | N/A | 103.424,05 | 8.486,78 | 0,00 | 0,15 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹ | N/A | N/A | N/A | 0,00 | - |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ² | N/A | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³ | N/A | N/A | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI) | - | N/A | - | 1.754.180,76 | 0,00 |

| | | | | | |
|---|--|--|-----------------------------------|----------------|--------------------------------------|
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g) - VI(h+i)] | - | - | N/A | - | 4.073.414,09 |
| PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(h+i) / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%⁴ e 5 | 16,79 | | | | |
| VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100] | 434.863,00 | | | | |
| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | INSCRITOS | CANCELADOS/PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE |
| Inscritos em 2018 | 0,00 | N/A | N/A | N/A | 0,00 |
| Inscritos em 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inscritos em exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | |
| | Saldo Inicial | Despesas custeadas no exercício de referência (j) | Saldo Final (Não Aplicado) | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

| | | | | | |
|---|----------------------------|--|--------------------------------------|--|---------------------------------|
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Total (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | | |
| | Saldo Inicial | Despesas custeadas no exercício de referência (k) | Saldo Final (Não Aplicado) | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Total (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EXECUTADAS | | |
| | | | Liquidadas Até o Bimestre (l) | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m) | % [(l+m)/total(l+m)]x100 |
| Atenção Básica | 959.000,00 | 530.255,93 | 520.868,38 | 0,00 | 8,94 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 4.871.000,00 | 5.454.645,90 | 5.148.106,36 | 0,00 | 88,34 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vigilância Epidemiológica | 73.000,00 | 63.006,40 | 58.620,11 | 0,00 | 1,01 |
| Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Subfunções | 40.010,00 | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 1,72 |
| Total | 5.943.010,00 | 6.147.908,23 | 5.827.594,85 | 0,00 | 100,01 |

FONTE: SIOPS, , data e hora da homologação dos dados pelo gestor:

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j". 3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Constituição do Estado quando o percentual nela definido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012. 6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VII(h+i) - (12 IVb)/100]$.

9.4 Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

| Bloco de Financiamento | Programas de Trabalho | Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS) | Valor Executado em XXXX |
|------------------------|--|--|-------------------------|
| CUSTEIO | 1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE | 200.000,00 | 200.000,00 |
| | 103012015217U - APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DA ACADEMIA DE SAÚDE | N/A | N/A |
| | 103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 555.861,75 | 555.861,75 |
| | 10302201520B0 - ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE MENTAL | N/A | N/A |
| | 10302201520SP - OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES | N/A | N/A |
| | 1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC | 187.926,48 | 187.926,48 |
| | 10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE | 27.777,24 | 27.777,24 |
| | 1030320154705 - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | 0,00 | 0,00 |

| Bloco de Financiamento | Programas de Trabalho | Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS) | Valor Executado em XXXX |
|-------------------------------|--|---|--------------------------------|
| INVESTIMENTO | 10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 16.400,00 | 16.400,00 |
| | 10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 70.511,58 | 70.511,58 |
| | 10306206920QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE | 0,00 | 0,00 |
| | 10845090300QR - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | 0,00 | 0,00 |
| | 10301201512L5 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- UBS | N/A | N/A |
| | 10301201520YL - ESTRUTURAÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE - EMENDA | N/A | N/A |
| | 1030120158581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE | 200.000,00 | 197.128,50 |
| | 1030220158535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE | 420.000,00 | 158.253,50 |
| | 1030220158933 - ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA REDE | 0,00 | 0,00 |

FONTE: FNS data da consulta: 28/03/2019

Os recursos financeiros destinados ao Fundo Municipal de Saúde foram utilizados exatamente para desenvolvimento das ações em saúde conforme Plano de Saúde e Programação Anual de Saúde 2018. Houve um grande investimento de emendas parlamentares na aquisição de materiais permanentes, para as unidades de Saúde, algumas ainda aguardando processo de licitação para compra de 100% dos objetos presentes no espelho.

10. Auditorias

| Nº do Processo | Demandante | Órgão Responsável pela Auditoria | Unidade Auditada | Finalidade | Status |
|-----------------------|-------------------|---|-------------------------|-------------------|---------------|
| - | - | - | - | - | - |

| | | | | | |
|-----------------------|-------------------|---|-----------------------------|-------------------|---------------|
| Recomendações | - | | | | |
| Encaminhamentos | - | | | | |
| Nº do Processo | Demandante | Órgão Responsável pela Auditoria | Unidade Auditada | Finalidade | Status |
| - | - | - | - | - | - |
| Recomendações | - | | | | |
| Encaminhamentos | - | | | | |
| Nº do Processo | Demandante | Órgão Responsável pela Auditoria | Unidade Auditada | Finalidade | Status |
| - | - | - | - | - | - |
| Recomendações | - | | | | |
| Encaminhamentos | - | | | | |

Fonte: Data da consulta: 28/03/2019

- Análises e Considerações sobre Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

A Secretaria Municipal de Saúde de Turvelândia apresenta o Relatório Anual de Gestão de 2018, visando analisar as propostas contidas no Plano de Saúde 2018-2021 e na Programação Anual de Saúde 2018 com o intuito de se ter um planejamento de ações, adequações e mudanças no setor público, Obedecendo a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012 e na Portaria N.º 2.135 de setembro de 2013, observando aplicação correta da espécie disponibilizada pelos blocos.

Os princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação da população, são indiscutíveis a essência de nossa política pública que tanto nos orgulha e que vem sendo construída com muitas dificuldades e a muitas mãos, com muitos cérebros, tendo em comum a solidariedade e o respeito às pessoas e a um dos seus direitos mais fundamentais: o direito a uma condição digna de vida. Nessa perspectiva, o Sistema Único de Saúde tem sido construído, ao longo das últimas décadas, com participação de gestores, usuários e profissionais da área da saúde. Sabemos que as demandas de saúde são ilimitadas e temos consciência que os recursos são limitados. Cabe então ao conjunto da sociedade eleger prioridades para que se utilize com máxima otimização os recursos financeiros existentes.

O Município para atender a sua população nos encaminhamentos referenciados de especialidades, mantém com o Município de Goiânia e Rio Verde acordado, a prestação dos respectivos atendimentos, mediante referenciamento por meio da Programação Pactuada Integrada – PPI, mediante assinatura de termo de compromisso de gestão entre os gestores dos respectivos Municípios. Temos, portanto, os ingredientes básicos para sermos suficientes e com qualidade, com isso necessitamos de realizarmos a adequação e aquisição de equipamentos e materiais médico hospitalares para o funcionamento integral de nossos pacientes.

É preciso que o RAG 2018, não apenas analise, mas aponte soluções exequíveis, com compromissos assumidos por todos os profissionais de saúde, de normas e regras claras e que sigam as principais diretrizes de universalidade, equidade e integralidade, voltadas para a qualificação da atenção, e educação permanente do servidor, participação do Conselho em todo o âmbito SUS, com a finalidade de cumprirmos os objetivos e metas traçados e para a utilização adequada do financiamento.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

Devemos desenvolver ações estratégicas que nos remetam as metas e indicadores que pretendemos atingir. Somos sabedores que diante da evolução da área da saúde, da grande oferta de novas tecnologias, os recursos sempre serão insuficientes, portanto é preciso que se estabeleça as prioridades, as estratégias, visando aperfeiçoar os nossos recursos e esforços. Conhecemos a necessidade assistencial da população para a maioria dos procedimentos e de posse desse conhecimento, devemos usá-lo para regular os encaminhamentos de referência e contra-referência no sistema local e regional.

Sem Dúvida a Estratégia de Saúde deve ser aprimorada, em material permanente, educação e formação dos profissionais de saúde que a constituem na qualificação dos procedimentos e acolhimento, amenizando as futuras morbidades, evitando obtos por doenças crônicas. Investimento na Atenção Básica é sem dúvida o caminho. Portanto, para o ano de 2019 serão necessários algumas mudanças na ESF do Município, desenvolver ações principalmente para Saúde do Homem, público mais vulnerável as morbidades, elevar a captação de doenças infecciosas e observar e prevenir doenças Nutricionais. Elaborar e praticar a Educação permanente com os profissionais de saúde, desta forma disseminando a informação e todos desenvolvendo o mesmo método de atendimento.

A saúde é um direito de cidadania e é dever, de todo o gestor, gerar políticas para atender as necessidades da população. A construção deste documento faz parte do cumprimento do nosso dever como gestor público. É fundamental que o modelo proposto seja divulgado e debatido. Será necessário um esforço pedagógico no sentido de explicá-lo ao conjunto de atores políticos setoriais.

BRUNA VITALINO BORGES PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
Turvelândia – GO